

SALVAR VIDAS URGENTEMENTE

O Brasil cruzou a linha de 250 mil mortos e 10 milhões de casos confirmados pela covid-19 em 24 de fevereiro, com alta na média móvel de mortes que configura segunda onda justamente quando as medidas de distanciamento social estão sendo afrouxadas. Diante do agravamento da crise sanitária, com colapso do sistema de saúde em vários estados, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) divulgou nota (27/2) intitulada “Salvar Vidas Urgentemente”, em que alerta para a negligência e a desorganização impostas pelo governo federal ao enfrentamento do novo coronavírus. “Não é admissível que tantas vidas sejam perdidas”, destaca o texto.

A Abrasco defende sete medidas baseadas no conhecimento científico e em experiências bem sucedidas de outros países para diminuir o número de novos casos e óbitos:

1) Ampliação imediata de restrições na circulação de pessoas, a princípio, por duas semanas;

2) Manutenção de distanciamento físico, uso de máscaras e higiene das mãos;

3) Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica em sua dimensão multisetorial/multidisciplinar, territorial, integrada com a atenção básica, objetivando detecção precoce, investigação laboratorial, isolamento, quarentena e busca ativa de casos suspeitos e confirmados (além da instituição da vigilância genômica no país);

4) Ampliação da capacidade assistencial em todos os níveis, incluindo leitos de UTI;

5) Aceleração da vacinação para toda a população, coordenada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI);

6) Campanhas massivas de comunicação sobre o cenário atual da epidemia no país, formas de prevenção e a importância da vacinação;

7) Garantia do auxílio emergencial, enquanto durar o estado de emergência e sem desmonte das políticas sociais do país.

Leia o texto completo: <https://bit.ly/3t3aKQZ>.



FOTO: REPRODUÇÃO

Pacto nacional contra a covid

Governadores de 21 estados e do Distrito Federal manifestaram posição favorável à construção de um “pacto nacional” contra a covid-19, em (7/3), com medidas restritivas e preventivas para deter o agravamento da pandemia no Brasil. O apelo por união foi lançado por uma carta do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), em 1/3, e reforçado por comunicado técnico do Observatório Fiocruz Covid-19 (4/3). Segundo o Conass, “a ausência de uma condução nacional unificada e coerente” dificultou a adoção de medidas de prevenção e levou ao pior momento da crise sanitária provocada pela covid-19. O conselho pede a construção de um “Pacto Nacional pela Vida”, que reúna todos os poderes, a sociedade civil, representantes da indústria e comércio e instituições religiosas e acadêmicas.

Das medidas defendidas pelas entidades, o presidente Bolsonaro se manifestou abertamente sobre 12 temas, conforme levantamento feito pelo portal UOL (7/3), com base em afirmações públicas dele. Discordou de sete (distanciamento físico, fim das aglomerações, fechamento do comércio não essencial e o uso de máscaras) e só concordou com duas (acelerar vacinação e pagar auxílio emergencial). O presidente concordou em parte com a ampliação de leitos, mas questionando os gastos, e deu declaração incerta em relação a sanção de uma lei para apressar a compra de vacinas.

Um ano de pandemia: Brasil em colapso

Após completar um ano de pandemia, em março, o Brasil vive uma escalada da crise sanitária e social, com recordes diários de mortes pela covid-19. O país chegou à marca de 250 mil vidas perdidas na véspera de completar um ano do registro do primeiro caso da doença, em (26/2). A situação se agravou nos dias seguintes, com o “alerta crítico” em pelo menos 19 estados e no Distrito Federal, segundo o boletim extraordinário do Observatório Fiocruz Covid-19 (9/3). O levantamento aponta que 25 das 27 capitais do país chegaram a taxas de ocupação de leitos de UTI covid para adultos iguais ou superiores a 80%, sendo 15 delas superiores a 90%. Pela primeira vez desde o início da pandemia, todo o país passa pelo agravamento simultâneo de diversos indicadores, como incidência de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), alta positividade de testes e sobrecarga dos hospitais, como indicou também a Fiocruz no início de março (2/3).

O Brasil registrou 10 mil mortes em uma única semana, em (6/3), maior número desde o início da pandemia. O agravamento da situação no país também se deve à circulação de uma nova variante do vírus, a P.1, surgida em Manaus e considerada mais contagiosa. De acordo com o Observatório Fiocruz Covid-19 (9/3), o quadro atual aponta para o colapso de sistemas de saúde e reforça a necessidade de ampliar e fortalecer as medidas de prevenção à transmissão da doença, como distanciamento físico e social, uso de máscaras e higienização das mãos.



FOTO: FÁBIO LIMA

2 a cada 3 intubados morreram no Brasil

Em um ano de covid, dados do projeto “UTIs Brasileiras”, da Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), revelam que, entre os 46,3% dos pacientes internados que precisaram de ventilação mecânica nas UTIs, 66,3% morreram. Isso significa que quase metade dos internados precisaram passar por intubação e 2 em cada 3 intubados não resistiram ao tratamento. O levantamento se refere a 98 mil internações desde 1º de março de 2020.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

“É um consenso mundial que o Brasil hoje é a maior bomba-relógio da pandemia”

Miguel Nicolelis, neurocientista e professor titular da Universidade Duke, nos Estados Unidos, em entrevista ao Estadão (9/3), ao afirmar que o país é “o maior laboratório a céu aberto no mundo” para o surgimento de mutações e variantes do vírus. O cientista defendeu ainda a criação de uma Comissão de Salvação Nacional, com lideranças do Congresso, STF, governadores, entidades científicas e da sociedade civil, para tomar medidas adequadas para o controle da pandemia.

Brasil, celeiro de novas variantes?

O surgimento de uma variante mais contagiosa do novo coronavírus (a P.1), em Manaus, acendeu o alerta dos cientistas sobre a possibilidade de o Brasil oferecer as condições para o surgimento de mutações do vírus, devido ao descontrole na pandemia. Como publicou a BBC Brasil (8/3), pesquisadores da Imperial College London e da Universidade de Leicester, ambos no Reino Unido, explicam que o contato de pessoas vacinadas com as variantes pode resultar no surgimento de mutações ainda mais potentes e perigosas e a situação fica pior quando a vacinação acontece em ritmo lento, como no Brasil. O que já se sabe sobre a variante brasileira, até o momento, é que ela tem a capacidade de infecção até 2,2 vezes maior do que o vírus que circulava em 2020, e que pode driblar os anticorpos adquiridos por quem já teve covid-19, com um percentual de reinfecção que varia entre 25 e 61%, como Julio Croda, infectologista da Fiocruz, destacou ao jornal O Globo (3/3).



Vacinas abaixo do esperado

FOTO: REPRODUÇÃO

Depois de sucessivas mudanças no cronograma e interrupção no calendário de vacinação dos municípios, o Ministério da Saúde atualizou, em (6/3), a previsão de entrega de vacinas para março, abaixo do que havia anunciado anteriormente. A pasta estima entregar 30 milhões de doses, somando as vacinas Coronavac, Covishield (AstraZeneca/Oxford) e a primeira remessa do consórcio Covax Facility. A previsão de entrega estará sujeita a alterações e pode variar conforme o ritmo de produção dos insumos nos laboratórios. O G1 destacou (8/3) que, em fevereiro, o ministério tinha previsão de distribuir 46 milhões para março, o que não ocorreu.

Fornecedores

A CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, fornecerá 23,3 milhões de doses em março e mais 41 milhões até julho, informou a RadioAgência Nacional (11/3). A Covishield, parceria da Universidade de Oxford com o laboratório AstraZeneca, deve fornecer 108 milhões de doses, sendo 3,8 milhões em março. No segundo semestre, com incorporação de tecnologia na produção da matéria-prima das vacinas, a Fiocruz deve entregar mais 110 milhões de doses. Segundo o Estadão (6/3), o ministério excluiu a Covaxin, produzida pelo laboratório indiano Bharat Biotech, já que esta não encaminhou pedido de autorização emergencial à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Produção em larga escala

A Fiocruz anunciou, em 8/3, o início da produção em larga escala da vacina contra a covid-19 a partir de ingrediente farmacêutico ativo (IFA) importado. O cronograma divulgado contempla a produção que alcançará, em julho, a marca de 100,4 milhões de doses. Com a transferência de tecnologia concluída, no segundo semestre, a fundação poderá produzir as vacinas de forma independente, a partir da produção nacional do IFA, com expectativa de entregar mais 110 milhões no período. O registro definitivo da vacina foi concedido (12/3) pela Anvisa: um em nome da AstraZeneca, outro da Fiocruz, o que permitirá a adoção de estratégias diferentes de distribuição e comercialização do produto.

Mais doses

Em 2020, o governo recusou propostas para adquirir 70 milhões de doses da Pfizer, que chegariam ao país em dezembro de 2020. Agora, segundo a Folha de S.Paulo (9/3), passou a adotar uma “retórica pró-vacina”. Em (8/3), foi feito o anúncio da negociação de com a Pfizer que até então era o único imunizante com registro definitivo na Anvisa. O governo também estava negociando a compra da vacina produzida pelas empresas Janssen e Moderna. Ainda, o Instituto Butantan informou (9/3) que aguardava aprovação da Anvisa para iniciar a fase de testes do soro contra covid-19.

Ritmo lento

O jornal O Globo (6/3) salientou que a cobertura com as cinco vacinas previstas até o momento pode imunizar 65% da população e, considerando o ritmo da vacinação como “lento”, lembra que apenas em abril de 2022 seria atingido o índice de 70% da população vacinada, que é tido como um patamar mínimo para garantir a imunidade coletiva contra o vírus. Dados preliminares de levantamento da Secretaria Estadual de Pernambuco apontaram queda na demanda por UTI para idosos acima de 85 anos e redução de casos de SRAG após o início da vacinação (26/1). No início de março, o estado tinha aplicado a primeira dose em todas as pessoas dessa faixa etária.

E como fica a merenda escolar na pandemia?

No ar desde janeiro de 2021, a campanha publicitária veiculada pelo Ministério da Educação para a divulgação do “Guia de segurança alimentar e nutricional para retorno às aulas” se refere ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como o maior do mundo. O que o anúncio não explica, no entanto, é como serão enfrentados os desafios e riscos neste momento de pandemia. Com poucos meses de gestão, os novos prefeitos são questionados pela volta às aulas, mas poucos têm sido questionados sobre a oferta de merenda escolar para os estudantes das escolas públicas, alertou o site “O joio e o trigo” (25/2), especializado em alimentação saudável.

A reportagem, assinada por Mylena Melo, questiona algumas dúvidas que surgem no momento em que se planeja um novo esquema de aulas. “No dia em que o aluno estiver em casa vai ter merenda? Vai ter cesta básica? Ou só come quem está na escola, e quem fica em casa tem seu direito à alimentação escolar violado?”, indaga a matéria, destacando que o guia de orientações do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a execução do programa nesse contexto não responde a nenhuma dessas perguntas. Para muitos estudantes, a refeição que se faz na escola é a única ou a principal do dia, lembra o site. A reportagem recupera a história da merenda escolar no país desde os anos 1940 e contextualiza inúmeras iniciativas, órgãos, leis e programas responsáveis pela realidade que temos hoje. Para acessar a reportagem completa, visite <https://bit.ly/311PQhi>.




Governo facilita acesso a armas

Enquanto o país ainda luta para ter acesso a mais vacinas para a população, o presidente Jair Bolsonaro assinou (12/2) quatro decretos que facilitam o acesso e a compra de armas de fogo. Entre as principais mudanças, está o aumento do número de armas por pessoas, de quatro para seis; a permissão para atiradores e caçadores registrados comprarem até 60 e 30 armas, respectivamente, sem necessidade de autorização do Exército; e a inauguração da prática de tiro recreativo não esportivo. O Instituto Igarapé lembrou, em nota (13/2), que a liberação ocorre no mesmo dia em que foram publicados dados sobre aumento do número de homicídios em 2020. “Isso não só tem efeitos letais para o país que mais mata com armas de fogo, como reforça possíveis ameaças à democracia e à segurança da coletividade”. Acesse a nota completa: <https://bit.ly/2NaIT1e>.

Aumenta a violência contra mulheres

Cinco casos de violência contra mulher foram registrados por dia em 2020, indica pesquisa em cinco estados. O levantamento “A dor e a luta: números do feminicídio”, divulgado pela Rede de Observatórios da Segurança em março de 2021, revela aumento de ocorrências de feminicídios e violência contra mulher durante a pandemia nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Ao todo, foram monitorados 1823 casos, sendo 66% feminicídios ou tentativas — o que indicam cinco registros de crimes contra mulheres por dia no período.

Segundo o levantamento, feminicídios e violência contra mulher ocupam o terceiro lugar entre os registros da rede em 2020, atrás apenas de eventos com armas de fogo e ações policiais — que tradicionalmente garantem maior espaço no noticiário policial. O relatório mostra ainda que 449 mulheres foram mortas “somente” por serem mulheres. Em 58% dos casos de feminicídios e 66% dos casos de agressão, os criminosos eram companheiros da vítima, registrou a Agência Patrícia Galvão (4/3). O estudo também contabilizou 21 mortes de pessoas trans em 2020. Acesse o boletim na íntegra em <https://bit.ly/3cmt00i>.



Liberdade de pesquisa ameaçada

Em meio ao pior momento da pandemia no Brasil, o infectologista Pedro Hallal — ex-reitor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e coordenador da pesquisa Epicovid, referência no mapeamento da doença no país — teve de lidar com outro problema: um processo movido pela Controladoria-Geral da União (CGU) em função do conteúdo de uma live em que ele criticava a postura do presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia. Outro docente, Eraldo dos Santos Pinheiro, pró-reitor de Extensão e Cultura da UFPel, também teve de responder ao mesmo processo. Caso condenados, eles poderiam até mesmo ser demitidos da universidade, com base na lei 8.112. Ambos optaram por assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e encerrar os processos. A ação foi movida por denúncia do deputado federal Bibo Nunes (PSL-RS), aliado de Bolsonaro. Um manifesto assinado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras instituições científicas defendeu a liberdade de cátedra e lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou sobre a inconstitucionalidade de processos administrativos com o intuito de coibir a liberdade de pensamento nas universidades. Acesse o documento: <https://bit.ly/311djiO>.

Quilombolas contra a omissão

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu o prazo de 30 dias para o governo federal elaborar um Plano Nacional de Enfrentamento da pandemia de covid-19 voltado para as comunidades quilombolas. Em plenária virtual (23/2), o STF julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742/2020, que apontava a omissão do governo brasileiro em implementar medidas direcionadas a essa população em meio à pandemia. Como *Radis* mostrou na edição 214, os quilombolas vivenciam dificuldades no acesso a água, esgoto e aos serviços de saúde — e essa situação de vulnerabilidade social pode agravar a proliferação da covid-19. No site da organização Terra de Direitos (24/2), Biko Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), destacou a necessidade de um plano que não somente evite o avanço da pandemia nos territórios quilombolas, mas que também garanta a segurança alimentar, vacinas e testes. “A população negra é que mais morre pela covid por não conseguir acesso à saúde”, lembrou.



FOTO: PREFEITURA DE FORTALEZA

Máscaras para todos

Um guia para uso de máscaras e a diferença entre elas pode ser encontrado nas redes sociais e na internet. Entre eles, está o site “PFF2 para todos” (<https://www.pffparatodos.com/>), que traz dicas e informações sobre esse padrão de máscara. A página esclarece, inclusive, as diferenças entre os modelos que dão maior proteção contra a covid-19 e indica locais em todo o país para compra presencial e online por um preço justo. No Instagram, o perfil @qualmascara traz informações baseadas em evidências sobre proteção em geral contra o coronavírus e aborda questões práticas sobre lavagem e reutilização de máscaras e prevenção à doença. 